

000417

Proc C-009/22

Rubr.: \_\_\_\_\_

4

# **IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA DPC**

**IMPUGNAÇÃO ao edital CARTA CONVITE Nº C-009/22**

"Andressa Souza" <andressa@advdinamica.com.br>

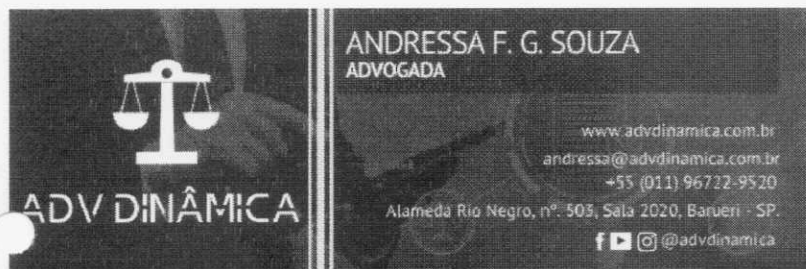
19 de agosto de 2022 15:59

Para: "gabrielasilva" <gabriela.silva@ts.sp.gov.br>, "andersonpereira" <anderson.pereira@ts.sp.gov.br>, "isaiasilva" <isaias.silva@taboaodaserra.sp.gov.br>

Prezados, envio em anexo impugnação ao edital CARTA CONVITE Nº C-009/22. Envio ainda procuração para tal.

Favor, confirmar recebimento e enviar o número do protocolo. O envio é feito por e-mail, conforme orientação do edital.

Att.,



000418  
Proc C-009/22  
Rubr.: \_\_\_\_\_

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA - ESTADO DE SÃO  
PAULO.

Ref.: **IMPUGNAÇÃO** contra os termos do edital licitatório na modalidade  
**CARTA CONVITE Nº C-009/22 ADMINISTRATIVO Nº 7926/22** da Prefeitura  
Municipal de Taboão da Serra – objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM  
FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS,  
VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE PRAÇA NO PQ. SÃO JOAQUIM,  
SITUADA NA RUA RICARDO KINORICK, 164 – PQ. SÃO JOAQUIM.**

**ENTREGA DAS PROPOSTAS: 24 DE AGOSTO DE 2022 ÀS 10:00 HORAS –  
VALOR: R\$ 329.750,46.**

**QUESTÕES APRESENTADAS: LIMITE DA MODALIDADE CONVITE EM  
OBRA COM QUESTÕES IMPORTANTES SUPRIMIDAS QUE,  
CERTAMENTE, GERARÃO ADITIVO; CAPACITAÇÃO TECNICA  
IGNORANDO ITEM IMPORTANTE E PRIORIZANDO ITENS SEM  
DIFICULDADE ALGUMA DE EXECUÇÃO.**

000419

C-009/22

**DPC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME**, regularmente inscrita no  
CNPJ/MF sob nº 01.905.765/0001-33, com sede a Rua Itamogi, 345 – Vila Virginia  
– Itaquaquecetuba - SP , CEP: 08573-250, e-mail: andressa@advdinamica.com.br,  
(011) 4777-9027,, por seu Impugnante legal que esta subscreve (*procuração do  
advogado em anexo*), vem, mui respeitosamente, à insigne presença do Doutos  
Conselheiro, para com fundamento na Lei 8666/93, propor sua  
**IMPUGNAÇÃO** contra os termos do edital licitatório na modalidade **CARTA  
CONVITE Nº C-009/22 ADMINISTRATIVO Nº 7926/22** da Prefeitura  
Municipal de Taboão da Serra – objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM  
FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS,  
VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE PRAÇA NO PQ. SÃO JOAQUIM,  
SITUADA NA RUA RICARDO KINORICK, 164 – PQ. SÃO JOAQUIM**, pelos  
motivos de fato e direito a seguir expostos, a saber:

## TEMPESTIVIDADE:

A legislação atinente ao certame em destaque dispõe que a Licitante é parte legítima para impugnar o edital com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

Acerca do tema, o item 13 do Edital, estabelece que:

### 13 DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO

13.1 Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste certame, sob pena de decair do direito (Art. 109, parágrafo 6º da Lei Federal 8666/93);

13.1.1 Para os fins do disposto no item 13.1, deverá a impugnante manifestar-se por escrito por meio dos endereços eletrônicos [anderson.pereira@ts.sp.gov.br](mailto:anderson.pereira@ts.sp.gov.br) e/ou [isaias.silva@taboao daserra.sp.gov.br](mailto:isaias.silva@taboao daserra.sp.gov.br) e/ou [gabriela.silva@ts.sp.gov.br](mailto:gabriela.silva@ts.sp.gov.br) ou protocolizar no "DELICO" – Depto. de Licitações e Contratos, sito à Pça. Miguel Ortega, 439 - Pq. Assunção neste Município, com o horário de atendimento ao público compreendido das 08:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 17:00 h, de segunda a sexta feira em dias úteis;

A presente medida é, portanto, tempestiva, visto que o recebimento das propostas se dará em 24/08/2022.

Ainda, caso a Administração entenda de forma diversa, o direito de petição está assegurado pela Constituição Federal, razão pela qual não poderá se omitir quanto às irregularidades encontradas no edital em epígrafe. É poder-dever do Administrador Público conhecer e rever, de ofício, aqueles atos administrativos que afrontem à legislação pátria, eis que a existência de ilegalidade, caso não seja sanada em tempo hábil, fatalmente ensejará no fracasso do certame, seja por macular todas suas fases sucessivas, seja por eivar o próprio contrato de nulidade, causando enormes prejuízos à Administração Pública.

## DOS FATOS:

A empresa Impugnante retirou o edital acima referido a fim de apresentar sua proposta para execução dos serviços objeto do processo licitatório e, ao efetuar uma leitura mais atenta dele, deparou-se com exigências em total desacordo com as determinações emanadas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as quais prejudicam a livre e salutar competição podendo

causar prejuízos aos cofres públicos e, conseqüentemente aos munícipes de Taboão da Serra.

000421

C-009/22

## **DAS IRREGULARIDADES NO EDITAL QUE PREJUDICAM A LIVRE CONCORRÊNCIA:**

As informações para elaboração da proposta, bem como os serviços a serem executados devem ser bem claros evitando-se futuros erros e discussões que somente vem causar atrasos e custos desnecessários aos contratos, sendo esse o entendimento legal e jurisprudencial sobre licitações.

**Acerca desse tema já se pronunciou brilhantemente o MD Impugnante do Ministério Público de Contas no processo nº TC-10362.989.19-6, relatado pelo Exmo. Sr. Dr. Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo.**

Todos os pontos devem ser analisados pelo senhor presidente da comissão de licitações, pois um processo licitatório bem-feito tem início nos atos prévios à execução e estes merecem especial atenção.

*A priori*, destaca-se o grande risco de esse edital ser feito na modalidade CARTA CONVITE. O valor da licitação é de R\$ 329.750,46, quando o limite para a carta convite é de R\$ 330.000,00, ou seja, uma diferença de R\$ 250,00 do LIMITE MÁXIMO.

Ocorre que o memorial descritivo C/C com a planilha orçamentária mostram que questões IMPORTANTÍSSIMAS foram suprimidas, o que gerará termo aditivo. Veja.

Traz o edital quanto aos tapumes que:

### **5.2 Tapume**

A obra deverá ser fechada por tapume, em chapas de compensado resistente a humidade e os portões necessários ao acesso de veículos e pessoal (obra, fiscalização e equipe da fiscalização que trabalham na obra). Estes tapumes terão função importante na segurança patrimonial e pessoal. A Contratada deverá responsabilizar-se pelas manutenções periódicas deste elemento durante o prazo da obra, além da guarda e segurança do canteiro de obras a contar da data de início dos serviços sem custos ao Contratante.

A

Ocorre que a Lei de Licitações proíbe, terminantemente, serviços a preço zero e é exatamente isso que está ocorrendo no caso em tela! Inclusive, existe nas tabelas vigentes item para remuneração de manutenção de tapumes bem como guarda/vigia para a obra, ora, são de enfeite? Isso é ILEGAL, não se pode passar essa responsabilidade para a Licitante!

Ainda, traz o memorial descritivo que:

Os itens dos diversos pisos inclusos na Planilha Orçamentária remuneram o serviço completo de fornecimento de materiais e execução dos pisos, incluindo assim a locação dos mesmos, não sendo necessário inclusão de item de locação específico para pisos. A locação dos pisos poderá ser executada pela empresa responsável a partir do Projeto Básico (ANEXO 06) incluso no processo, e no caso de dúvidas poderá entrar em contato com o fiscal da obra indicado pela Prefeitura do Município de Taboão da Serra.

Bem, isso é uma justificativa prévia da ilegalidade já reconhecida pela Representada! Na verdade, o item utilizado para orçamento **NÃO CONTEMPLA LOCAÇÃO** e, reitera-se, a Lei de Licitações proíbe serviços a preço zero, assim, ou os servidores da prefeitura fazem a locação ou remuneram por isso! Tal postura da fiscalização pode ensejar denúncia junto ao órgão de classe por falta de ética profissional.

Seguindo nas ilegalidades já reconhecidas, traz o memorial descritivo (item 10) que:

Não é necessário o acréscimo de item para locação dos equipamentos na planilha orçamentária, já que os itens presentes na referida planilha remuneram tanto o fornecimento, quanto a instalação dos mesmos, entendendo-se assim que a locação de tais equipamentos está inclusa no valor do item. A locação dos equipamentos poderá ser executada pela empresa responsável a partir do Projeto Básico (ANEXO 06) incluso no processo, e no caso de dúvidas poderá entrar em contato com o fiscal da obra indicado pela Prefeitura do Município de Taboão da Serra.

É o mesmo erro do item acima, pois instalação compreende a montagem do equipamento e não a locação, que é a marcação do local exato do equipamento no terreno, que é de grandes proporções!

nn0423

C-009 / 22

Locação de obra é o processo de transferência dos elementos da planta baixa de uma edificação para o terreno em que será realizada a obra. Essa transferência é realizada por meio de marcações no terreno com o auxílio de pontaletes e linhas de nylon. A locação de obra é uma das etapas mais importantes para a garantia da funcionalidade e da qualidade de toda a construção. Qualquer erro durante o seu procedimento, pode causar danos a elementos estruturais gerando trincas, fissuras e até mesmo o colapso.

Agora, a INSTALAÇÃO dos equipamentos NADA tem a ver com isso! Instalação é MONTAGEM do equipamento e não locação da obra, que, reitera-se, é essencial para o sucesso desta!

**Tanto sabia a Municipalidade desse problema que previu uma justificativa esfarrapada no memorial descritivo!**

Ainda, quanto a capacitação técnico operacional, foi absolutamente ignorada a exigência do item GRADIL DE FERRO GALVANIZADO ELETROFUNDIDO - BARRA 25X2MM - MALHA 65X132MM - MONTANTE COM DISTÂNCIA DE 1650MM - COM PINTURA.

Esse item é de alta relevância técnica E financeira, sendo que o que foi cobrado fora "corrimão", "passeio de concreto armado" e "pavimentação", que, em que pese alta relevância financeira, não tem nenhuma técnica!

Isso contraria o disposto no artigo 30, caput, inciso II e §5º da Lei Federal nº 8.666/93 a jurisprudência desta Corte de Contas e o entendimento sumulado do Tribunal de Contas da União sobre a matéria, que serve de importante parâmetro interpretativo:

*SÚMULA Nº 263 "Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado."*

O poder discricionário da administração não pode ser excludente de licitações. Muito pelo contrário, o princípio de competitividade ensina e ordena que devemos nos ater a exigências legais e que contribuam para um maior número de licitantes. A inclusão de cláusulas restritivas nos editais de licitação compromete a efetiva competição entre os licitantes por meio de direcionamento indevido do processo para favorecer determinado fornecedor.

Essa prática visa excluir indevidamente a participação de um ou mais concorrentes ao se incluírem requisitos desnecessários no edital de licitação, beneficiando determinado fornecedor com o uso de artimanhas, tais como exigências técnicas combinadas, que terminam por eliminar os outros concorrentes. É o caso em tela.

Ora, para comprovação da qualificação técnica as exigências devem se referir às parcelas do objeto licitado que sejam, **cumulativamente, de maior relevância técnica e de valor significativo**, não sendo aceitável exigência referente a parcelas que representam um volume irrisório de recursos em relação ao conjunto.

#### CONCLUSÃO:

Ante o quadro acima exposto, O Impugnante vem respeitosamente pleitear:

- a) Seja conhecida, processada e julgada a presente Impugnação;
- b) Seja determinada a SUSPENSÃO da licitação promovida por esta Prefeitura através do Edital **CARTA CONVITE Nº C-009/22 ADMINISTRATIVO Nº 7926/22**, até o julgamento desta Impugnação;
- c) No mérito, seja julgada procedente a presente Impugnação para, reconhecendo a nulidade/ilegalidade no Edital **CARTA CONVITE Nº C-009/22 ADMINISTRATIVO Nº 7926/22**, por todos os itens expostos.

Termos em que pede e espera deferimento.

Barueri – São Paulo, 19 de agosto de 2022.

  
**DPC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI.**

**ANDRESSA F. G. SOUZA –**

**ADVOGADA – OAB SP 412.667**

*Documento assinado digitalmente*

**Andressa F. G.  
Souza**

Assinado de forma digital por  
Andressa F. G. Souza  
Dados: 2022.08.19 15:58:20  
-03'00'



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7926/2022**

**PROCESSO LICITATÓRIO C-09/2022**

**PMTS/DELICO**

443  
C-009/22  
Dr.: \_\_\_\_\_

A fim de prosseguir com o certame licitatório, seguem os esclarecimentos solicitados pela empresa DPC Construções e Serviços Eireli.

1. Reiterando o esclarecimento feito anteriormente, a referida manutenção de tapume presente no Memorial Descritivo, item 5.2, deverá ser de responsabilidade da empresa responsável pela execução das obras, devendo a mesma compreender o fechamento completo do local de forma a evitar o acesso de pessoas não autorizadas, bem como a estabilidade e a integridade do mesmo, de prevenindo-se de possíveis acidentes tanto com funcionários, quanto com pedestres no alinhamento da Ruas.

Tal manutenção é uma competência mínima da contradada, sendo essencial para boa execução do serviço em questão, não se enquadrando no critério de ilegalidade citado pela empresa questionante.

2. A locação do passeio proposto foi inclusa no 3º caderno deste processo.

3. A locação dos TRÊS equipamentos previstos, compreendendo 1 escorregador, 1 balança dupla e 1 gangorra, será executada por profissional indicado pela PMTS, já que não foi possível a inclusão de tal item na Planilha Orçamentária,

pois o mesmo não está disponível em nenhuma tabela referencial utilizada neste processo.

Ademais, quanto aos questionamentos a respeito de direcionamento deste processo licitatório a partir da escolha dos itens de maior relevância, destacamos que os mesmos foram elencados de acordo com o critério dos técnicos da PMTS, sendo a pavimentação um item de extrema relevância na tipologia do Projeto em questão, uma praça. Em relação ao item de maior relevância: corrimão, destacamos que além da relevância financeira do item, o mesmo é um elemento de segurança e apoio imprescindível na execução de uma escada. Sendo assim os itens serão mantidos na publicação do 3º caderno deste processo.

444

C-009/22

Taboão da Serra, 23 de Agosto de 2022.



**Valdemar Aprígio da Silva**

Secretário Municipal



**Priscila Oliveira Franco**

Arquiteta e Urbanista

Secretaria municipal de obras, infraestrutura e serviços urbanos.



# Prefeitura de Taboão da Serra

ESTADO DE SÃO PAULO

"COJUL 2" – Comissão de Julgamento de Licitações (Obras e Serviços de Engenharia)

## ATA DE SESSÃO DA "COJUL 2" PARA DELIBERAÇÃO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

LICITAÇÃO: **CONVITE Nº C-009/22**

ADMINISTRATIVO Nº **7926/22**

448  
C-009/22

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE PÇA. NO PQ. SÃO JOAQUIM, SITUADA NA RUA RICARDO KINORICK, 164 – PQ. SÃO JOAQUIM.**

**PREÂMBULO:** As 10:00 h de 25/08/22, na sede da Prefeitura de Taboão da Serra, reuniu-se a "COJUL 2", com a finalidade de deliberar sobre a impugnação impetrada pela empresa DPC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME, contra o caderno desta licitação.


**ATO CONTÍNUO:** Na sequência após análise da impugnação ingressada pela empresa DPC e atendo-se a manifestação da Arquiteta e Urbanista, Sra. Priscila Oliveira Franco, nos filiamos ao seu entendimento técnico e decidimos, salvo melhor juízo acatar parcialmente a impugnação em questão, ou seja, futuramente será publicado um terceiro caderno licitatório com as necessárias retificações solicitadas pela Secretaria de Obras e as demais estão respondidas conforme fls. 443 e 444 dos autos ao qual será cientificado através de publicação no "DOE-SP" Diário Oficial do Estado de São Paulo (Poder Executivo – Seção 1 no Caderno do Diário dos Municípios – site: <http://www.imprensaoficial.com.br>) e disponibilizado na íntegra em nosso site oficial (<http://www.ts.sp.gov.br> – link Licitações) para ciência da empresa impetrante e para quem mais possa interessar.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais a ser discutido fica encerrada esta sessão da qual lavrou-se esta Ata que lida e achada conforme, foi assinada pela "COJUL 2". Eu, Anderson Pereira, subscrevo e assino.

  
ANDERSON PEREIRA

Presidente da "COJUL 2" – Comissão de Julgamento de Licitações  
(Obras e Serviços de Engenharia) e  
ASSESSOR DE GABINETE III

Membros:

  
ANDREA DA SILVA BASTOS  
Assessora de Gabinete

  
MIRIAM RAMOS DA ROCHA  
Engenheira Civil